



BIBLIOTECAS
DE LISBOA

ARCHIVO HISTÓRICO. NARRATIVA DA FUNDAÇÃO DAS CIDADE E VILLAS DO REINO, SEUS BRAZÕES D'ARMAS, ETC.¹ – Os primeiros números terão saído, em Lisboa, durante a primeira quinzena de **Setembro de 1889**, mas a publicação regular só teve início em Outubro. Nessa altura, passou a designar-se *Arquivo Histórico de Portugal*, mas o subtítulo original manteve-se. Publicou-se até ao **final do ano de 1890** (Novembro ou Dezembro). Não é possível afirmá-lo com rigor, pois usava uma datação muito sumária: nos primeiros quatro meses apenas indicou o mês e o ano, depois só este último.

Como o título sugere trata-se de uma publicação centrada no passado, uma **espécie de enciclopédia fasciculada**, distante ou alheia ao conceito de imprensa. Sintomaticamente, **não é indicado nenhum responsável pela publicação**, como a lei então vigente exigia à imprensa.

De facto, a carta de lei de 17 de Maio de 1866, então em vigor, estabelecia: «Nenhum periódico se poderá [...] publicar sem que, pelo menos oito dias antes da publicação, se declare o nome do editor perante o administrador do concelho ou bairro, e perante o delegado do procurador regio da comarca ou vara onde houver de fazer-se a mesma publicação.» (art.º 2.º). Para exercer a função ou cargo, o editor estava obrigado a fazer prova de preencher todos os requisitos exigidos, ou seja ser: «1.º De maior idade, ou como tal havido em direito; 2.º Cidadão no gozo dos seus direitos civis e políticos; 3.º Domiciliado na comarca onde a publicação houver de ser feita.»² E fixava uma série de penalidades a aplicar no caso de infracção, que iam da multa até à supressão do periódico.

Assim, tudo leva a crer que quem lançou o *Arquivo Histórico* considerou que a publicação, pela sua substancia, **não se enquadrava no conceito de imprensa que ficara estabelecido naquele diploma**: «Art.º 3.º Entender-se-ha por periodico, para effeitos d'esta lei, toda a estampa ou escripto, impresso ou lithographado, publicado não só em dias certos, mas também irregularmente, que contiver doutrinas de qualquer natureza, scientificas, religiosas ou politicas e sociaes, ou se referir a actos da vida publica ou particular de qualquer pessoa, e que não exceder seis folhas de impressão, computadas pela marca do papel sellado que actualmente se usa nos processos forenses.»³

Ora, como se depreende da leitura da leitura da «Circular» publicada na primeira página, do primeiro número – claramente, uma semântica alternativa ao “Editorial” característico da imprensa – o que ali se oferecia à leitura era «a verdadeira história da pátria, em que se narra a parte com que cada cidade, villa, etc. tem contribuído

¹ Disponível na Hemeroteca Digital, em:

<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoHistorico/ArquivoHistorico.htm>.

² Conf. Diário do Governo n.º 144, acessível na Hemeroteca Digital, em:

http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Leisdelprensa/1866/N114/N114_item1/P1.html

³ Conf. Idem

para a grande obra das nossas passadas glórias e para a consolidação da independência e autonomia nacional.»

Tratava-se, portanto, de uma **obra de divulgação da história, sem pretensões eruditas**, pelo contrário, **queria «merecer a sympathia popular»**. O público «popular» a quem se dirigia seria, necessariamente, alfabetizado e receptivo ao tema da história da pátria.

No contexto da crise económico-financeira que assolou o país **no último quartel do século XIX** e da disputa dos territórios africanos pelas potências europeias, esse **interesse pela história foi, de facto, cultivado**, como atesta a prática das comemorações de efemérides, em voga desde o tricentenário de Camões (1880), e também a proliferação de romances históricos, biografias de grandes homens, etc.. Essas produções culturais de cunho nacionalista tinham como propósito “despertar a nação” da sua letargia, insuflando-lhe o orgulho e também os valores e as ideias que lhe permitiriam superar o estado de “decadência” em que se encontrava.

O aparecimento do *Arquivo Histórico* parece, pois, harmonizado com o ambiente da época, ainda que o seu enfoque esteja nas «cidades e vilas do reino» e não em figuras emblemáticas, e valorize o seu contributo «para a grande obra das passadas glórias e para a consolidação da independência e autonomia nacional». Um discurso que, além de reabilitar o pensamento municipalista de Alexandre Herculano, **alinhava pelo diapasão do movimento «Vida Nova» (1885)**, liderado pelo progressista **Oliveira Martins**. Foi um forte crítico do modelo fontista, assente nos “melhoramentos materiais”, que, no seu entendimento, deixara o país à mercê dos credores e exposto à concorrência externa. Oliveira Martins idealizou a independência da nação e o progresso social com base em políticas protecionistas do trabalho, de fomento das atividades económicas e de descentralização do poder. Atendendo à falta de recursos humanos e financeiros do país, a manutenção do vasto e cobiçado império colonial não o mobilizava. Defendia uma concentração de esforços em Angola e pouco mais.

Como se poderá observar, o que o *Arquivo Nacional* oferecia ao leitor era o retrato do Portugal “genuíno” que constituía a base de trabalho da «Vida Nova» e que os progressistas, no poder desde Fevereiro de 1886, procuravam adaptar à “realidade” do país. A publicação passou incólume à tensão desencadeada pelo *Ultimatum* inglês, de Janeiro de 1890, e à que resultou da decisão de D. Carlos I chamar ao governo os regeneradores, que se apressaram-se a dissolver o parlamento a fim de eleger a sua maioria. A acalmção foi alcançada em Outubro de 1890, com um governo independente, presidido pelo general João Crisóstomo. O parlamento, dominado pelos regeneradores, manteve-se em funções. Em termos práticos, o arranjo funcionou como uma partilha do poder entre os dois partidos monárquicos. A viabilidade da «Vida Nova» gorou-se definitivamente e, por coincidência ou talvez não, o *Arquivo Nacional* extinguiu-se.

O EDITOR E A SUA ESTRATÉGIA COMERCIAL

Foi com o auxílio do *Diccionario Jornalístico Portuguez*, de Augusto Xavier Pereira da Silva, que se conseguiu associar o *Arquivo Historico* ao seu **editor, Aniceto José**

Rodrigues¹. Comprovadamente, um homem que acumulava já um curriculum assinalável como dinamizador da imprensa. Mas pouco mais podemos acrescentar, pois não encontramos qualquer informação biográfica.

Atendendo às funções que desempenhava, Aniceto José Rodrigues **terá sido o mentor da estratégia de venda de assinaturas do *Archivo*** a que a «Circular» faz alusão e à qual dedicamos alguma atenção. Desde logo pelo seu **tom “agressivo”, do ponto de vista comercial**. Se não vejamos: para apresentar a publicação, a empresa editora começou por enviar aos potenciais assinantes os primeiros 4 números, advertindo que de seguida procederia «à imediata cobrança da primeira série de 26 números». Noutro parágrafo, ameaçava: «As pessoas que recebam os primeiros quatro exemplares e não os devolvam com a mesma cinta, no prazo de oito dias, serão consideradas assignantes do *Archivo*.»

Conscientes talvez do recorte abusivo do seu *modus operandi*, sentiram-se obrigados a justificá-lo com a necessidade de «averiguar o numero de assignaturas realizado» e como meio para acautelar eventuais prejuízos, já que «muitas pessoas se julgam dispensadas da obrigação de devolver as publicações que lhe são enviadas, não querendo aliás satisfazê-las, o que causa sempre consideráveis prejuízos às empresas editoras.» Mais à frente, o tom acusatório do reparo foi amenizado com a referência à disponibilidade para enviar a publicação «a quem declarar por escrito que toma a assignatura, satisfazendo só a sua importância no fim dos períodos [entenda-se séries] porque ella é realizada.» Mas a informação que consta no cabeçalho, junto ao preço, é perentória: «O pagamento é adiantado».

Ainda sobre a estratégia de venda importa por em evidência aspectos relevantes e questões não esclarecidas. Desde logo, a opção por uma venda sustentada exclusivamente por assinaturas. De facto, e por razão da natureza peculiar desta publicação periódica, a incerteza da venda avulsa, em espaço comercial, não parece ter sido considerada uma possibilidade. Aliás, empresa revelava-se muito cuidadosa com a angariação das assinaturas e enquanto não atingiu um determinado número não deu arranque à publicação, o que a obrigou a justificar-se perante os assinantes já angariados: «Apesar de termos prometido na circular, inserta no nº 1 d’esta obra, que a distribuição regular começaria no dia 20 de setembro, somos obrigados a adial-a para os primeiros dias do mez de outubro, em consequência de termos de aguardar o resultado da cobrança de assignaturas, para sabermos o numero de subscriptores com que podemos contar e assim fixarmos a tiragens dos exemplares.»⁴ Mas como explicar a presença daquela informação no 4.º número se ele fazia parte do “pacote promocional” que fora enviado e que o recetor, no caso de não estar interessado, deveria devolver «com a mesma cinta»⁵?

Quanto à distribuição daquele “pacote promocional”, embora não o referiram claramente parece ter sido assegurada pelos serviços postais. E sendo assim, como foram definidos os destinatários? A empresa editora possuía uma “base” de contactos? E quem assegurava a cobrança das assinaturas ou a recolha dos “contratos de assinatura”, a empresa editora ou os serviços postais? Questões que deixamos em aberto pois escapam ao âmbito desta breve abordagem.

⁴ Conf. «Expediente», n.º 4, Setembro de 1889, p. 4.

⁵ Conf. «Circular», n.º 1, Setembro de 1889, p. 1.

Para tranquilizar os mais desconfiados ou cépticos, a empresa dizia já estar na posse de «todo o original para esta obra, assim como cinquenta e duas gravuras». Mas nada adiantava sobre as cidades e vilas que seriam contempladas na obra. Nem tão pouco esclarecia sobre os critérios que tinham orientado a sua selecção.

Corresponderiam, em número, às cinquenta e duas gravuras? Como nos quatro primeiros números foram tratadas exactamente 4 «vilas» - de Abrantes, Águeda, Albufeira e Alcácer do Sal –, cada uma complementada com a gravura do respectivo brasão d'armas, era essa a sugestão que ficava. E o preçário praticado apontava no mesmo sentido, pois previa séries de 26 ou 52 números, cujo preço de venda era de 600 ou 1\$100 reis, respectivamente⁶. Ora, como se anunciava um ritmo de edição **bissemanal**, ou seja, uma média de 8 números por mês, em pouco mais de 6 meses o plano editorial estaria concretizado. Mas a trajectória do *Arquivo Histórico* foi diferente.

ESTRUTURA DA PUBLICAÇÃO E COLABORADORES

Na verdade, saíram **duas séries de 52 números**: a primeira, de Setembro de 1889 a Abril de 1890; a segunda, de Maio a Novembro de 1890. O que fez **15 meses de edição** e **104 vilas e cidades**, que na sua maioria eram, à época, sedes de concelho, emprestando-lhe o nome.

No entanto, pode afirmar-se que a obra ficou incompleta! De facto, a sequência das vilas e cidades seguiu uma **ordenação alfabética** e o *Arquivo* só alcançou a letra “O”. O que significou, por exemplo, que a história da segunda maior cidade do país, o Porto, não conheceu a tinta dos prelos da **Typographia Lealdade**, na rua do Terreirinho, 17 – 1.º, perto do Martim Moniz, onde o *Arquivo Histórico* era impresso. Publicou-se um número sobre Amarante, que pertencia ao distrito do Porto, mas ignorou-se Baião, Bouças, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia e Marco de Canavezes. E este panorama repete-se em todos os distritos, incluindo Lisboa. A história da capital, referenciada aos seus 4 bairros, estende-se por mais de 6 números. Mas a tinta não chegou para as memórias do Barreiro, do Cadaval, de Cascais, de Loures, da Lourinhã, de Mafra, de Moita ou de Oeiras.

Dedicou-se um número a «Angola-luanda» (n.º 38, continuado no n.º 39) e outro a «Goa (Nova)», na Índia, (n.º 23, continuado no n.º 24), mas Lourenço Marques, em Moçambique, foi ignorada, assim como todas as outras capitais do império colonial português. Concluindo, o critério de selecção adotado pela empresa editora não era claro e, por isso mesmo, revelava-se imprevisível para o leitor.

Quanto aos artigos ou “entradas”, embora não obedecessem a uma estrutura fixa de tópicos, invariavelmente, evocam episódios, personalidades e curiosidades diversas, ocorridas numa linha de tempo, intermitente, que pode remontar aos tempos gloriosos da conquista de território e da formação do reino e estender-se aos tempos “modernos”, nomeadamente: a atribuição do primeiro foral; as primeiras edificações (castelos, igrejas, conventos, etc.); os varões da terra, os beneméritos,

⁶ Na 2.ª série verificou-se uma ligeira redução no preço da assinatura, que passou a ser de 500 e 1\$000 réis.

personalidades, etc; a origem dos topónimos, das lendas e tradições mais enraizadas; a descrição do brasão de armas; a formação das freguesias; as batalhas e cataclismos havidos; também podia aludir às características naturais, aos recursos disponíveis, às atividades económicas, à acção das câmaras municipais e aos progressos registados em tempos mais próximos. O tom era, em geral, de glorificação do passado e transpirava algum optimismo moderado quanto ao futuro.

Nos primeiros números, da primeira série, a redação de muitos destes textos apresentam-se assinados por **J. Garcia de Lima**ⁱⁱ e por **António Guedes**⁷. Depois, juntou-se ao par a escritora republicana **Angelina Vidal**ⁱⁱⁱ, cuja colaboração adquiriu alguma expressão durante a 2.^a série. Mas a maioria dos textos publicados não se apresentava assinado.

Rita Correia

Lisboa, 14 de Abril de 2015

BIBLIOGRAFIA

Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicáveis a Portugal e ao Brazil, continuados e ampliados por Brito Aranha. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

Grande enciclopédia portuguesa brasileira. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda., [s.d.].

Jornais e Revistas Portugueses do Séc. XIX, coord. Gina Guedes Rafael e Manuela Santos, vols. I e II. Lisboa: Biblioteca Bacional, 1998.

LEMOS, Mário Matos e – *Jornais Diários Portugueses do Século XX. Um Dicionário.* Coimbra: Ariadne Editora, Lda, [s.d.]. ISBN 972-8838-35-2.

PIMENTEL, Irene – «ANGELINA VIDAL, uma socialista e republicana com um pensamento original», disponível em:
<http://irenepimentel.blogspot.pt/2010/05/angelina-vidal-uma-socialista-e.html>
[Consultado em 23/03/2015]

RAMOS, Rui – «A Segunda Fundação (1890-1926)», in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, 6.^o volume. Lisboa: Circulo de Leitores, 1994. ISBN: 972-42-0971-7

SILVA, Augusto Xavier Pereira da – *Diccionario Jornalístico Portuguez*, digitalizado pela Academia das Ciências de Lisboa, dir. Alberico Fernandes. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2008.

⁷ Não foi localizada informação sobre a figura.

ⁱ Não encontramos nenhuma informação biográfica sobre o personagem. Mas a sua ligação à imprensa é deveras impressionante, tomando como certa a informação presente nos dicionários consultados. Assumimos alguma reserva ou dúvida porque em alguns periódicos, como é o caso do *Archivo Histórico*, o nome encontra-se abreviado (A. José Rodrigues). Feitas as advertências necessárias, referira-se que Aniceto José Rodrigues é dado como **fundador** de: «A monarchia portugueza. Semanario politico, scientifico, notioso e biográfico» (Lisboa: 1882-1887). **Proprietário** de: «Tribuna do Povo», (Lisboa: [1869]-1881); «Tribuna Popular» (Lisboa: [1869]-1882); «A luz do Alentejo. Folha politica e noticiosa», (Elvas: 1874-1876); «O grátis» (lisboa: 1876); «Jornal dos logistas. Folha dedicada ao commercio portuguez» (Lisboa: 1877); «O Anunciador» (Lisboa: 1877); «Distrito de Santarém: jornal noticioso, comercial e litterario» (Santarém: 1880-1886); «Portugueses Illustres: perfis ligeiros dos cidadãos mais distinctos na politica, commercio, agricultura, industria, etc.» (Lisboa: 1886-1887); «A Comarca» (Aldegallega, 1888); «O Lojista» (Lisboa: 1891-93); «A Folha de Sintra. Semanário noticioso, litterario, histórico e recreativo» (Sintra: 1892); «Portugal Illustrado: revista de interesses gerares» (Lisboa: 1892); «Revista dos Municípios: publicação destinada a assumptos municipaes» (Lisboa: 1892); «O campeão do Norte: folha regeneradora», (Villa Real: [1896]). **Editor** de: «A Carteira Biographica» (Lisboa: 1885-1886); «O Clamor da Pátria: semanário politico, histórico e ilustrado» (Aldegallega: [1889]-1892) e também do «Archivo histórico de Portugal: narrativa da fundação das cidades e villas do Reino, seus brazões d'armas, etc.» (Lisboa: 1889-1890). E **Administrador** de: «Trinta diabos junior. Folha satyrica» (Lisboa: 1872-1878).

ⁱⁱ Trata-se, provavelmente, de José Garcia de Lima, mas pouco mais sabemos sobre esta figura que é deveras intrigante pelo seu vínculo a vários periódicos, que não raras vezes coincidem no tempo com o *Arquivo Histórico*. Teve uma trajectória muito próxima de Aniceto José Rodrigues, figurando como redactor de publicações foram da sua propriedade ou responsabilidade editorial.

José Garcia de Lima foi **editor de**: «Variedade. Semanário» (Lisboa: 1887); «O guarda nocturno. Folha da noite: folha humorística, redigida por uma sociedade de sábios noctívagos» (Lisboa: 1888); «A gaipa. Jornal apimentado para sobremesa... Ou etc e tal» (Lisboa: 1888); «Gazeta de Noticias. Folha da tarde independente, sem compromissos politicos» (Lisboa: 1888); «A gaita. Semanário humorístico» (Lisboa: Typ. Nacional, 1888-1889); «O Lisboa – Coimbra. Publicação ilustrada semanal, comercial, scientifica e artística» (Lisboa: 1889); «A Rolha. Jornal independente, ora serio ora para rir» (Lisboa: 1890?); «A Corja» (Lisboa: 1890); «A Mocidade (Lisboa: 1890); «A Caricatura. Semanário de caricaturas satyricas e artisticas», (Lisboa: 1890); «A Lua Nova. Semanário alegre» (lisboa: 1890-1891); «Correio da Tarde. Folha noticiosa e comercial» (Lisboa: 1891-1894); «A Mocidade Académica. Semanário ilustrado» (Lisboa: 1891); «O Mosquito. Semanário litterario, noticioso e charadístico», (Lisboa: 1894); «Jornal do Exército» (Lisboa: 1891); «Vida Nova», (Lisboa: 1891); «Tarde», (Lisboa: 1892); «O Século XX» (Lisboa: 1892); «O Proscénio. Semanário litterario, teatral e enigmático», (Lisboa: 1892-1893); «O Combate. Folha semanal de politica independente, litteraria e noticiosa» (Lisboa: 1893); «O Papão Júnior» (Lisboa: 1893); «Diário Nacional. Folha independente e noticiosa» (Lisboa: 1893); «O Passatempo. Semanário de instrucção e recreio» (Lisboa: 1894); «O Amador Dramático. Órgão dos palcos particulares» (Lisboa: 1894); «O Mariano. Folha semanal crítica e humorística para tutti quanti» (Lisboa: 1894); «Vida Nova», (Lisboa: 1894); «O Mouranense. Semanário independente, litterario, noticioso e recreativo» (Lisboa: 1895); «Folha Popular» (Lisboa: 1896); «A Scena» (Lisboa: 1896-1898); «O Municipio» (Lisboa: 1897); «O dardo. Folha independente», (Lisboa: 1897); «A Gazeta dos Páracos: legislação e jurisprudência» (Lisboa: 1897); «A semana. Arena e tribuna livre» (Lisboa: 1897); «Sol e Moscas» (Lisboa: 1898); «A Burocracia Portuguesa. Revista de direito fiscal, administrativo, civil e criminal», (Lisboa: 189?); «O economista portuguez» (1904-1921). Foi **director do** «Eco Nacional: hebdomadário dedicado à classe burocrática», (Lisboa: 1899-1900).

E **redactor de**: «A monarchia portugueza. Semanario politico, scientifico, notioso e biográfico» (Lisboa: 1882-1887); «O grande anunciador. Folha ilustrada, litteraria, annunciadora e noticiosa», (Lisboa: 1884-1888); «A Carteira Biographica» (Lisboa: 1885-1886); «Portugueses

Illustres. Perfis ligeiros dos cidadãos mais distintos na politica, commercio, agricultura, industria, etc.» (Lisboa: 1886-1887); «Galeria Industrial. Selecção biográfica de industriaes contemporâneos» (Lisboa: 1887); «A Comarca» (Alvegallega: 1888); «O Liceu Politéchnico. Boletim mensal do Collegio do mesmo titulo» (Lisboa: 1897).

ⁱⁱⁱ Angelina Casimira Vidal (1853-1917) como ficou órfã muito cedo, o conhecimento sobre os seus primeiros anos de vida não abunda. A própria data de nascimento não é consensual. A data apontada é a que consta no catálogo das Biblioteca Nacional, mas também a encontramos fixada em 1847, no artigo da historiadora Irene Pimentel, «ANGELINA VIDAL, uma socialista e republicana com um pensamento original», referido na Bibliografia, e na obra «Angelina Vidal. Escritora, jornalista, republicana, revolucionária e socialista», da autoria de Mário Campos Vidal, familiar da autora. Angelina Vidal teve uma vida marcada pela tragédia, mas isso apenas parece ter contribuído para acentuar a sua extraordinária energia, força anímica e sentido humanitário. Foi casada com o médico da Armada Dr. Luís Augusto de Campos Vidal, de quem se veio a divorciar, e mãe de quatro crianças, a última das quais faleceu precocemente (1885), e adoptou uma menina abandonada. Foi, provavelmente, uma das primeiras mulheres divorciadas e independentes. Uma parte considerável da sua vida profissional e militante desenvolveu-se na *Sociedade Voz do Operário*, à qual se ligou nos primeiros anos da década de 1880. Aí foi professora de cursos secundários, de piano e de música, e editora do jornal *Voz do Operário*, entre 1897-1901.

Grande parte da sua vida foi dedicada à causa operária e à causa republicana, discursando em comícios, escrevendo artigos e realizando conferencias.

Angelina Vidal deixou uma profunda pegada na imprensa. Foi **proprietária e redactora principal de**: «O Jesuita. Órgão da «Bibliotheca anti-jesuitica»» (Lisboa: 1881), «O Sindicato. Semanário politica, litterario e noticioso» (Lisboa: 1887-1889) e «A Justiça do Povo. Publicação politica, litteraria e scientifica» (Lisboa: 1885).

E **colaborou** numa infinidade de jornais e revistas: «Atheneu Popular. Numero único: contendo as composições literárias proferidas na sessão commemorativa do segundo anniversario d'esta sociedade em 25 de Março de 1878», «Partido do Povo: folha republicana» (Lisboa: 1879?-1881), «Lisboa-Andaluzia. Numero único publicado por um grupo de artistas a favor das victimas do terramoto de Andaluzia» (Lisboa: 1885), «Bocage. Semanário litterario, scientifico e noticioso» (Lisboa: 1888), «Gabinete dos Reporteres. Politica independente, literatura e serviço especial de noticiário» (Lisboa: 1894-1899), «O Tecido. Órgão da união das classes têxteis em Portugal» (Lisboa: 1895-1898), «A Chronica. Publicação ilustrada» (Lisboa: 1896), «O Caixeiro. Semanario incolor» (Lisboa: 1896-1897), «Domingo Ilustrado. Historia e litteratura» (Lisboa: 1897-1902), e também de «O Trabalhador», «A Luz», «O Trabalho», «Officina Tribuna», «Diário Metalurgico», «A Revolução», «Commercio de Lisboa» e «O Século», entre outros.